

LEI Nº 3120/2009

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA APA - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LAGOAS DE CARATINGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(Projeto de Lei nº 040/2009 de autoria do Executivo)

João Bosco Pessine Gonçalves, Prefeito do Município, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz' saber que a Câmara Municipal em sua sessão do dia 16 de junho de 2009 aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A APA Lagoas de Caratinga compreenderá uma área de 19.958,27ha, excluindo a área de 1.353,729 ha referente ao POLÍGONO ESPECIAL descrita no § 1º abaixo, totalizando então 18.604,541 ha, apresentando a seguinte delimitação estabelecida com base no Mapa Municipal de Caratinga, Instituto de Geociências Aplicadas - IGA 1994, Escala 1:100.000, georreferenciado em Datum SAD 69/Fuso 23 representados no mapa em anexo - 1 em coordenadas em UTM nos pontos que formam o polígono de feição da APA. A delimitação abrange toda a bacia hidrográfica do Córrego Piau, Córrego Silvana, Córrego Brejão, Córrego Novo, Córrego Cascalho, Córrego Boa Esperança, Córrego Taquaraçu, Córrego Ouro, bem como o Ribeirão Lagoa Nova e do Boi, inclusive seu conjunto lacustre representando o ambiente lântico, delimitadas a partir de seus interflúvios e divisores de água.

§ 1º - Fica estabelecido o Polígono Especial, considerado como ZEUI - zoneamento de expansão urbana e industrial do município, onde serão permitidos os usos: residenciais, comerciais e industriais conforme delimitação em coordenada UTM SAD 69/Fuso 23 a partir do Ponto 1 UTM_N: 7844097,882 e UTM_E 764699,520 inicia-se no cruzamento do Rio Doce com a Rodovia (BR 458 - ponte metálica que liga Ipatinga a Caratinga), deste ponto segue pela calha do Rio Doce até o ponto 1a UTM_N: 7842621,107 e UTM_E 763643,937. Deste ponto deflete à esquerda e segue em linha reta percorrendo uma distância de 1.908 metros ao encontro com o ponto 1b UTM_N 7841526,826 e UTM_E 765207,122 que deflete-se a esquerda e segue em linha reta percorrendo uma distância de 1.201 metros ao encontro com o ponto 1c UTM_N 7842511,395 e UTM_E 765896,352 que deflete-se a direita e segue em linha reta percorrendo uma distância de 1.059 metros ao encontro com o ponto 1d UTM_N 7842776,304 e UTM_E 766921,828 que deflete-se a direita e segue em linha reta percorrendo uma distância de 1.891 metros ao encontro com o ponto 1e UTM_N 7841786,215 e UTM_E 768534,076 que deflete-se a esquerda e segue em linha reta percorrendo uma distância de 3.180 metros ao encontro com o ponto 1f UTM_N 7844483,645 e UTM_E 770219,086 que deflete-se a esquerda e segue em linha reta percorrendo uma distância de 1.454 metros ao encontro com o ponto 2a situado na

margem da Rodovia BR 458 UTM_N 7845874,382 e UTM_E 769792,723 que deflete-se a esquerda e segue pela margem da Rodovia percorrendo uma distância de 5.496 metros ao encontro com o ponto 1 perfazendo o fechamento do Polígono Especial com uma área de 1.353,729 ha.

§ 2º - O mapa em anexo é parte integrante da presente lei.

Art. 2º A APA - Área de Proteção Ambiental Lagoas de Caratinga, localizada no Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais, tem como objetivo assegurar a proteção do Sistema Lacustre e demais recursos naturais locais, promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades integrantes à área, bem como estabelecer critérios de uso e ocupação da região.

Art. 3º Para implantação e funcionamento da APA Lagoas de Caratinga serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - A constituição de um Conselho para gestão colegiada da APA Lagoas de Caratinga, com a participação dos seguimentos envolvidos na região, Prefeitura Municipal (05); CODEMA (01); setor econômico (02); organização governamental ambientalista (01); representante da comunidade de Cordeiro de Minas (01); Instituto Estadual de Florestas (01) e comunidade científica (01).

II - Procedimento do zoneamento ambiental da APA, através de Lei Municipal, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento em articulação com o conselho de gestão colegiada, indicando as atividades a serem incentivadas em cada zona, bem como as que deverão ser limitadas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável estabelecida respeitando o que ficou estabelecido para o polígono especial definido no parágrafo único do Art. 1º.

III - A utilização de instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais e privados para assegurar a proteção da Zona de Vida Silvestre e o uso racional do solo conforme determinados no zoneamento ambiental.

IV - A adoção de medidas de incentivo à melhoria da qualidade de vida da população local.

V - A divulgação de medidas previstas nesta lei objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA Lagoas de Caratinga e suas finalidades.

Parágrafo Único - O zoneamento ambiental disposto no inciso anterior será definido em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta lei de reestruturação.

Art. 4º Na APA Lagoas de Caratinga fica proibida ou restringida:

I - A implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar o sistema lacustre;

II - A realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais quando estas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente na Zona de Vida Silvestre, bem como da fauna edáfica.

III - O exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas.

IV - O exercício de atividades que ameace extinguir espécies raras da biota regional.

V - O uso de biocidas, quando indiscriminado ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

VI - Os empreendimentos já existentes dentro do perímetro da APA Lagoas de Caratinga serão identificados e oficializados da existência da mesma bem como, chamados a regularização ambiental.

§ 1º - Fica o polígono especial excluído das proibições e restrições elencadas no Art. 5º.

§ 2º - Em caso de epidemias veiculadas por animais silvestres, a Secretaria Municipal de Saúde, deverá, em articulação com os órgãos competentes, promover programas especiais para controle dos referidos vetores.

Art. 5º A instalação de novos empreendimentos ou atividades que importarem na alteração do uso do solo dependerá da autorização prévia da Prefeitura Municipal, que somente poderá concedê-las:

I - Após a realização e apresentação do estudo do projeto e exame das alternativas possíveis.

II - Após a realização de estudos das consequências ambientais por estas provocadas.

III - Mediante a indicação de restrições e medidas consideradas necessárias à salvaguarda dos recursos naturais atingidos.

Parágrafo Único - As autorizações concedidas pela Prefeitura Municipal não dispensam outras autorizações e licenças federais e estaduais previstas na legislação específica, bem como a anuência do PERD - Parque Estadual do Rio Doce.

Art. 6º Fica estabelecida, na APA Lagoas de Caratinga, Zonas de Vida Silvestre que serão destinadas prioritariamente à preservação dos recursos naturais, recuperação da vegetação endêmica de Mata Atlântica, cujo o objetivo é a garantia da reprodução das espécies da fauna, bem como o desenvolvimento de corredores ambientais entre o PERD - Parque Estadual do Ri Doce e a APA Lagoas de Caratinga.

Parágrafo Único - A Zona de Vida Silvestre abarca o sistema lacustre e as florestas nativas e

seu perímetro será definido no zoneamento ambiental.

Art. 7º As penalidades são as previstas na Lei nº 6.902 e aplicadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º A APA Lagoas de Caratinga deve ser supervisionada, administrada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Caratinga, de forma integrada com o órgão de gestão colegiada desta APA.

Art. 9º Visando a realização dos objetivos previstos para a APA Lagoas de Caratinga, a Prefeitura Municipal poderá firmar convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas sem prejuízo de sua competência supletiva.

Art. 10 Os recursos financeiros advindos da aplicação da Lei Estadual nº 12.040/95 consequentes da criação desta unidade de conservação deverão contemplar, prioritariamente, medidas que assegurem a implantação do zoneamento ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população local.

Art. 11 Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para suplementar, se necessário, as despesas de implantação da presente lei.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis nº s 2.317/1996, 2.326/1996, 2.410/1997 e 2.447/1998.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Caratinga, 16 de junho de 2009.

João Bosco Pessine Gonçalves
Prefeito do Município